

SOCIOLOGIA

com Vivianne Catolé

**Racismo, exclusão e
representatividade**





RACISMO, EXCLUSÃO E REPRESENTATIVIDADE

“

O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados.”

— Djamila Ribeiro



O Brasil, embora tenha abolido formalmente a escravidão em 1888, ainda carrega profundas marcas do racismo em suas estruturas sociais. O mito da democracia racial, consagrado no século XX, construiu a ideia ilusória de uma convivência harmoniosa entre negros, brancos e indígenas. Contudo, os dados sociais e as análises sociológicas contemporâneas revelam que o racismo permanece como um eixo organizador da desigualdade no país. A exclusão de pessoas negras e indígenas de espaços de poder e decisão, bem como sua super-representação em contextos de vulnerabilidade, demonstra que a representatividade é uma das grandes fronteiras da justiça social no século XXI.

LUGAR DE FALA E O RECONHECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS NEGRAS

Uma contribuição central para compreender o racismo no Brasil vem da filósofa Djamila Ribeiro, que articula as ideias de representatividade, visibilidade e reconhecimento por meio do conceito de lugar de fala. Segundo a autora, não se trata de negar a universalidade do discurso, mas de reconhecer que as experiências sociais são marcadas por posições de poder, raça, classe e gênero.

“

Lugar de fala é o reconhecimento de que as pessoas falam a partir de suas vivências e que essas experiências devem ser legitimadas como fonte de saber.”

Djamila Ribeiro, *O que é lugar de fala?* (2017)



No contexto brasileiro, o apagamento da experiência negra tem sido um dos principais mecanismos de reprodução do racismo. Por séculos, o conhecimento foi produzido por um olhar branco, eurocêntrico, que silenciou vozes negras e tratou suas histórias como marginais. Reconhecer o lugar de fala das pessoas negras significa reverter essa lógica epistêmica excluente, permitindo que elas sejam autoras de suas narrativas.

Essa exclusão se manifesta nos números: embora pessoas negras representem 56% da população brasileira (IBGE, 2022), elas compõem apenas 4,4% dos executivos das 500 maiores empresas do país (Instituto Ethos, 2023) e apenas 26% da Câmara dos Deputados (dados de 2023). Ao mesmo tempo, estão super-representadas entre os mais pobres, os desempregados e as vítimas da violência — 77% dos homicídios no Brasil em 2022 vitimaram pessoas negras (IPEA, 2023). Esses dados demonstram que o não reconhecimento da fala e da presença negra também é uma forma de exclusão social concreta.

EXCLUSÃO SIMBÓLICA E VIOLENCIA ESTRUTURAL

A socióloga Lélia Gonzalez já denunciava, nos anos 1980, o modo como o Brasil construiu um racismo “cordial”, disfarçado sob a retórica da mestiçagem, mas que nega a identidade negra em nome do embranquecimento cultural:

“

O racismo brasileiro é pernicioso porque se disfarça sob o manto da cordialidade.”

Lélia Gonzalez, *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984)



Esse apagamento simbólico se expressa na falta de protagonismo negro na mídia, na publicidade, na arte e no currículo escolar. A ausência ou estereotipação de corpos negros nesses espaços reforça a inferiorização e a marginalização simbólica, conforme diagnosticou Frantz Fanon:

“ O negro não é apenas o objeto do preconceito do outro, mas também do seu próprio olhar colonizado.”

Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952)



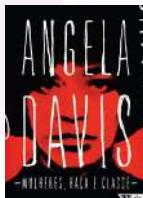
Djamila Ribeiro propõe que a representatividade não seja encarada como um favor ou uma concessão, mas como um direito político e cultural. Quando corpos negros são visíveis nos espaços de decisão, isso rompe com a lógica do silenciamento histórico e ajuda a redefinir a identidade coletiva da sociedade.

REPRESENTATIVIDADE COMO REPARAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A presença de pessoas negras na política, na ciência, na cultura e na economia é uma forma de reparação histórica, mas também de reconfiguração dos padrões de poder e conhecimento. A filósofa Angela Davis afirma que:

“ Numa sociedade racista, não basta não ser racista: é preciso ser antirracista.”

Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe* (1981)



Essa postura antirracista exige o apoio ativo a políticas públicas inclusivas, como as ações afirmativas e as cotas raciais. A Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) possibilitou, por exemplo, um avanço histórico: em 2019, o número de estudantes negros nas universidades públicas ultrapassou o de brancos pela primeira vez (IBGE, 2019). Isso demonstra que políticas de inclusão podem corrigir desigualdades históricas e promover representatividade concreta.

Ainda assim, como lembra Jessé Souza, a elite brasileira costuma ocultar o racismo sob a retórica da meritocracia:

“ A meritocracia é um discurso que naturaliza o privilégio herdado, culpabilizando os pobres por sua condição.”

Jessé Souza, *A Elite do Atraso* (2017)



Ou seja, não basta garantir o acesso: é preciso transformar a estrutura social e simbólica que sustenta o privilégio branco e exclui os demais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Escanei o Qrcode ao lado para ter acesso as referências bibliográficas



ANOTAÇÕES

Estamos juntos nessa!



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.